

“CORREIO TRABALHISTA”: O JORNAL DO PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO NA BAHIA (1946)

CORREIO TRABALHISTA: THE NEWSPAPER OF THE BRAZILIAN LABOR PARTY IN BAHIA (1946)

Hebert Santos Oliveira ¹

Resumo: O *Correio Trabalhista* foi publicado pelo Partido Trabalhista Brasileiro, seção Bahia, no ano de 1946. O artigo tem como objetivo principal analisar os conteúdos políticos presentes no periódico, em que expressava a linha política e ideológica adotada pela agremiação na esfera nacional, na qual tinha como base o discurso getulista e trabalhista, além da orientação anticomunista. Ademais, apresentar a postura do PTB baiano diante dos trabalhadores, organizados em sindicatos, no momento em que o país iniciava uma nova fase de experiência democrática será fundamental para entendermos o partido e o espaço em que ele ocupava no estado da Bahia. O jornal será objeto e fonte de estudo.

Palavras-chave: Correio Trabalhista. PTB baiano. Trabalhismo.

Abstract: *Correio Trabalhista* was published by the Partido Trabalhista Brasileiro, Bahia section, in 1946. The main objective of the article is to analyze the political content present in the journal, in which it expressed the political and ideological line adopted by the association at the national level, in the which was based on the Getulist and labor discourse, in addition to the anti-communist orientation. Furthermore, presenting the position of the Bahian PTB towards the workers, organized in unions, at the moment when the country began a new phase of democratic experience will be fundamental for us to understand the party and the space in which it occupied the state of Bahia. The newspaper will be object and source of study.

Keywords: Labor Mail. PTB Bahian. Labor.

¹ Mestre (UFBA) e Doutorando em História (UFRRJ). Professor de História da SEMEC/Tapiramutá-BA. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0337622446504563>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3003-9112>. Bolsista Capes. E-mail: oliveirahebert1@gmail.com.

Considerações Iniciais

O golpe sobre Getúlio Vargas em outubro de 1945 decretou o fim do Estado Novo (1937-1945) e com ele oito anos de regime ditatorial. O país, mesmo antes de sua derrubada, já respirava intensas movimentações sociais e políticas, que se pautavam pela redemocratização. Os trabalhadores organizados em sindicatos, movimentos grevistas, a formação de partidos políticos nacionais, o confronto de ideologias (comunistas, trabalhistas e liberais) dentre outros, constituíram um conjunto de elementos fundamentais que caracterizou a transição para a democracia.

Na Bahia, os novos ares democráticos impulsionavam a divulgação e difusão dos programas políticos partidários, que encontrava esteio basicamente na grande imprensa, jornais tradicionais que se alinhavam a elite política e econômica. A União Democrática Nacional (UDN), conhecido partido de direita liberal, tinha um espaço cativo de defesa de seus líderes e de suas propostas no jornal *A Tarde*. Este periódico era o porta-voz da Concentração Autonomista da Bahia que preenchia uma ala da UDN baiana, liderado por Otávio Mangabeira² e defendia a candidatura de Eduardo Gomes à presidência da República. Já o Partido Social Democrático (PSD) encontrava nos jornais *O Imparcial* e *Diário da Bahia*, um apoio em defesa do novo partido e da candidatura do militar político Eurico G. Dutra que se tornaria presidente da República em fins de 1945³.

O espectro ideológico à esquerda, sob a égide do Partido Comunista do Brasil (PCB), não encontrava respaldo na grande imprensa baiana, pelo contrário, havia um clima de animosidade entre eles, na qual os jornais utilizavam seus espaços para emitir críticas contumazes à postura política e ideológica do Partidão, não condizente com as premissas democráticas e liberais que se estabelecia. Dessa forma, o PCB se rearticulava para orientar a classe trabalhadora por meio de seu semanário (depois foi publicado diariamente), *O Momento*, criado em abril de 1945, o principal jornal difusor das perspectivas comunistas sobre o território baiano naquele momento. Essa não foi a primeira experiência do partido na Bahia em estabelecer uma comunicação com as classes populares. Entre 1938 e 1943, o PCB baiano foi pioneiro na leitura do país, que vivenciava o período autoritário do Estado Novo, criando a *Seiva*, primeira revista do partido. A ideia central era articular um pensamento antifascista diante de um quadro internacional de avanço e domínio de partidos e lideranças fascistas,

² A Concentração Autonomista da Bahia (CAB) foi um partido criado em 1935 por intelectuais, políticos e profissionais liberais opondo-se a Revolução de 1930 e seus desdobramentos. Tinha como lema “a autonomia”, por considerar que a Bahia foi usurpada pelo poder central de Vargas, especialmente quando indicou um cearense, Juracy Magalhães, como Interventor no Estado. Foi extinto em 1937 depois do golpe de Estado e retomou suas atividades com suas lideranças Otávio Mangabeira, Aloisio de Carvalho e Ernesto Simões Filho, dono do jornal *A Tarde*, sob a legenda da UDN.

³ “A Bahia está com o General Eurico Dutra” (*Diário da Bahia*, 31/05/1945, p. 2); “A candidatura Dutra na Bahia: valiosas adesões e apoio popular” (*Diário da Bahia*, 02/06/1945, p. 3); “A candidatura Dutra na Bahia: continuam as expressivas adesões” (*Diário da Bahia*, 06/06/1945, p. 3); “A candidatura Dutra marcha para a vitória” (*O Imparcial*, 13/05/1945, p. 1).

assim como promover a luta dos comunistas baianos no seio conflituoso da sociedade brasileira (FERREIRA, 2012, p. 10).

O jornal *O Momento* teve a condução de jovens comunistas baianos, como por exemplo, João Falcão (advogado e jornalista), Aristeu Nogueira (advogado), Armênio Guedes (jornalista) entre outros. O jornal tinha como objetivo divulgar as atividades do PCB, especialmente quando se tratava da sua participação na organização sindical e na luta dos trabalhadores por direitos, mas também trazer uma diversidade de notícias da Bahia, do Brasil e do mundo. Na avaliação do historiador Muniz Ferreira,

o jornal concorreu decisivamente para a compreensão dos problemas associados à liberdade de imprensa no Brasil pós-Estado Novo, bem como para as estratégias utilizadas pelo PCB em seu esforço de aproximação em relação as massas populares soteropolitanas em meio às condições de clandestinidade e perseguição (FERREIRA, 2004, p. 169).

Como sabemos, o Partido Comunista do Brasil obteve sua legalidade, tendo seu registro deferido para concorrer às eleições de 1945, elegendo inclusive deputados para a Constituinte. Na sequência, com a pressão oposicionista e o quadro político internacional polarizado entre União Soviética e Estados Unidos, ocorreu a cassação do partido em 1947 e conseqüentemente a perda dos mandatos parlamentares em 1948. O excerto acima chama atenção para o fato de os comunistas terem aliado seu direito constitucional de liberdade de expressão e de imprensa em um momento de democracia no país, o que revela que esse regime democrático tinha suas limitações e os resquícios autoritários do Estado Novo ainda prevaleciam.

Não obstante, *O Momento* sofreu com o peso desse autoritarismo quando foi empastelado em maio de 1947, o que os comunistas intitularam de “fascistas, inimigos da liberdade de imprensa, inimigos da verdade e da democracia”. Além disso, o referido periódico atribuiu esse ato violento aos “bandidos que estavam a serviço da ditadura Dutra, dos latifundiários e negociastas” que queriam calar a voz do povo baiano (*O Momento* 22/05/1948, p. 3). Ademais, em fevereiro de 1948 houve repressão policial a um comício na Praça da Sé em protesto pela cassação dos mandatos dos parlamentares comunistas na Câmara e no Senado Federal, nas Assembleias estaduais e Câmaras municipais. O comício foi convocado por sindicatos e organizações populares dias após a cassação do mandato dos deputados Jaime Maciel e Giocondo Dias (TAVARES, 2001, p. 463). Mesmo diante de toda situação persecutória, o diário comunista sobreviveu até 1957 quando ocorreu seu fechamento, não antes de sofrer outro empastelamento nos idos do segundo governo Vargas em 1953. A segunda metade da década de 1940 promoveu esses movimentos de circulação das ideias defendidas pelos partidos através dos jornais.

O Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) na Bahia, como uma agremiação que mirava e disputava com o PCB os anseios da classe trabalhadora, criou também o seu periódico. Naquele momento, início de 1946, era propício para divulgar as premissas em que o PTB se sustentava para atingir a população baiana. Assim, esse artigo tem como objetivo principal analisar os conteúdos políticos presentes no periódico, em que expressava a linha política e ideológica adotada pela agremiação na esfera nacional, na qual tinha como base o discurso getulista e trabalhista, além da orientação anticomunista.

O *Correio Trabalhista*

O jornal *Correio Trabalhista* foi o porta-voz do trabalhismo e do PTB na Bahia. Não se sabe ao certo em que ano foi criado, mas suas publicações remontam ao ano de 1946. São edições incompletas e esparsas – disponíveis no setor de periódicos raros, sob a guarda da Biblioteca Pública do Estado da Bahia –, mas que nos dão a dimensão do quadro político e social em que o partido estava imerso. Havia na composição do jornal membros do próprio partido, como o presidente Herosílio Baraúna (gerente) e o secretário-geral Oscar Péricles Noblat (secretário), além do diretor Avio de Novais Freire e do redator-chefe, o sr. Euzebio de Oliveira Carvalho. O logotipo preenchia o nome do jornal e uma ilustração de um operário com sua ferramenta.



Imagem 1: Recorte do logotipo do jornal

O *Correio* era inteiramente produzido e financiado pelo PTB baiano, mas angariava recursos também pela sua venda semanal. Sua circulação se deu basicamente na capital soteropolitana, mas provavelmente atingiu as regiões mais próximas de Salvador e sendo recepcionado por entidades sindicais. O seu conteúdo editorial estava voltado prioritariamente ao perfil do próprio partido e dividido da seguinte forma: Noticiário trabalhista (movimento partidário), sindical e artigos sobre doutrina e política geral; também compunha as edições notícias diversas sobre cinema, esporte e aspectos sociais. Aqui, vamos dar ênfase nas análises referentes a como o partido, através do jornal, se colocava diante desse momento democrático que se consolidava, sob o ponto de vista trabalhista e/ou getulista.

Trabalhismo, getulismo e anticomunismo nas páginas do *Correio Trabalhista*

Um dos destaques que o jornal empreendia era o da expansão do PTB baiano e da fundação de diretórios municipais Bahia afora. O intuito era demonstrar o crescimento do partido e com isso atrair um número significativo de filiados, além de demarcar posição frente aos partidos adversários que gozavam de maior adesão tanto na capital quanto no interior. Nesse sentido, podemos ilustrar tal assertiva com a chegada do PTB na cidade de Aratuípe, sudoeste do Estado:

Em continuação ao seu programa de divulgação dos seus postulados, vai o Partido Trabalhista Brasileiro, seção da Bahia, penetrando os Rincões do Estado e aí estalando [sic] quer na Sede quer nos distritos novos Diretórios que, se encarregarão de arregimentar novos sócios para o Partido. Aratuípe também teve seu dia de festa com a instalação do Diretório Municipal [...] (*Correio Trabalhista*, 19/03/1946, p. 2).

Em outra oportunidade, o noticioso divulgou a instalação do PTB na região do Recôncavo Baiano, espaço estratégico de organização dos trabalhadores, onde se verificava a indústria do fumo e usina de açúcar, tendo Santo Amaro como uma das principais cidades:

O diretório do PTB, instalado no dia 3 de fevereiro, vem cumprindo com satisfação geral o programa do trabalhador. Em carta dirigida ao Dr. Dorival Passos os trabalhadores de Santo Amaro denotam o entusiasmo com que, lido ali o “*Correio Trabalhista*” e acreditam que o “*Correio Trabalhista*” é o jornal do operário. Essas notícias que são confortadoras e que compensam o nosso esforço em prol da massa trabalhadora, nos animam e nos colocam cada vez mais na defesa do trabalhador (*Correio Trabalhista*, 19/03/1946, p. 2).

Dorival Guimarães Passos foi um membro atuante do PTB baiano, vindo de Santo Amaro. Advogado, Passos atuou junto a sindicatos baianos desempenhando uma intensa atividade no sindicato dos bancários e dos empregados da estiva, além de ter participado da criação do partido na Bahia. Depreende-se também a presença do *Correio* no meio operário, o jornal que buscava estar ao lado dos trabalhadores na luta por direitos. O próprio jornal, em diversas passagens, enfatiza a “defesa intransigente dos direitos das classes trabalhistas” e é com esse imperativo que sempre enaltece a expansão de diretórios em municípios do interior. Assim, na região do vale do São Francisco, Chapada Diamantina, Sertão baiano, etc., foram contemplados com a presença do Partido Trabalhista Brasileiro.

Uma vez assentado nas diversas plagas baianas, o PTB procurava arregimentar, através dos sindicatos, a mobilização dos trabalhadores e, como já vimos, o *Correio* seria esse interlocutor do partido com a classe. A mensagem no jornal seguia a orientação do programa do partido, como vemos na entrevista concedida pelo vice-presidente da sigla soteropolitana, Ormeu Castelo Branco Caldas:

Como em qualquer Estado: pugnar pela valorização das massas trabalhadoras. O PTB da Bahia deseja, antes de mais nada, a elevação do nível de vida do trabalhador baiano, no que respeita às circunstâncias de ordem econômica, social e cultural. Esse é o ponto central do nosso programa. E tudo isso fora de extremismos (*Correio Trabalhista*, 26/02/1946, p. 2).

Neste fragmento, as propostas e intenções seguem uma orientação nacional da agremiação e ainda salienta que isso é reivindicado sem apelar para extremismos. Quando ele menciona “extremismos”, provavelmente diz respeito ao comunismo e ao integralismo, tendências políticas antagônicas entre si e criticadas pela sigla petebista. Aliás, os articulistas do *Correio* destinavam alguns de seus artigos com intuito de deslegitimar o seu adversário, no caso do PCB e dos comunistas, frente aos trabalhadores e alertá-los sobre os objetivos de “escraviza-los” sob a nefasta ideologia “bolchevique”. Assim, o jornalista Inácio Dias de Souza descreveu o comunismo:

[...] O comunismo é inadapável ao grão de cultura e evolução social e nosso tempo; ele só sobreviverá na ilegalidade, porquanto seus métodos são da violência e do crime, isto é, subversivo e destruidor, visando por todos os meios implantar a desordem, social-econômica, para formar assim condições favoráveis, e oportunidades que lhe permita assaltar o poder e exercer-la criminosamente em proveito de seus patrões estrangeiros. Esse regime não medrará em nossa Pátria, pois, o povo brasileiro tem sua mentalidade formada, dentro dos seus princípios do Cristianismo, e não acompanharão por certo esses embusteiros. A dissimulação e a calúnia constituem as suas armas; proclamam-se nacionalistas e recebem o dinheiro da traição (*Correio Trabalhista*, 26/02/1946, p. 2).

O autor do artigo era um dirigente do PTB estadual. Inácio Dias, engenheiro e advogado, era um getulista de primeira hora e teve atuação destacada na criação da CTB e USTB, assumindo a representação da Confederação Sindical na Bahia (SOUZA, 2015, p. 53) ou seja, tinha significativo trânsito no meio dos trabalhadores. Dias compreendia o comunismo como um sistema incompatível com as características socioculturais do país pelo fato de que o povo brasileiro tem suas raízes morais fincadas na religião cristã e que as ideias e práticas comunistas estariam no campo da ilegalidade e a serviço da potência estrangeira, no caso a União Soviética. As críticas incisivas continuam:

O Snr. Carlos Prestes, símbolo da hipocrisia e pusilanidade, apóstolo do comunismo Russo, que tantas promessas tem feito ao povo e ao proletariado nacional, devia lembrar como foi bolchevizada a terra de Stalin. Porque os defensores do proletariado vermelho suprimiram a liberdade e instituíram o trabalho escravo? Porque prometeram as terras e despojaram os camponeses das suas lavouras, obrigando-os a trabalhar para o Estado, sob o jugo de uma Ditadura Militar, sanguinária e cruel, reduzindo os mesmos à miséria? A situação não permite mais dúvidas do perigo que nos ameaça. As Forças Armadas e as forças políticas da Nação fortalecerão por certo a ação do Governo na concretização das medidas necessárias a salvaguarda das instituições democráticas e da ordem pública. Também o trabalhador brasileiro, numa reação exemplificante [sic], sempre combateu os regimes extremistas [...] (*Correio Trabalhista*, 26/02/1946, p. 3).

Esse tom adotado pelo dirigente petebista coaduna com o que Ormeu Caldas sublinhou em sua entrevista: estar fora de extremismos. Isso de fato tem uma razão de ser, se olharmos para o

próprio fundamento da criação do PTB, quando, ainda em 1945, havia o discurso por parte de Vargas de que o partido seria uma alternativa ao extremismo de esquerda, direcionando claramente ao PCB, visto que este crescia no meio sindical. Era preciso, então, defenestrar seu adversário político, utilizando-se de argumentos de como funcionava o regime comunista na prática, com sua miséria e ausência de liberdade na URSS. De certa forma, os discursos petebistas se aproximavam daqueles irradiados pela grande imprensa, de caráter liberal e de direita, o que podemos concluir que ambos encontravam no PCB um inimigo em comum, embora sob aspectos distintos. Ao final de seu artigo, Inácio Dias de Souza chama os trabalhadores à reflexão quanto à ameaça comunista sobre eles próprios e a luta contra o extremismo que, na sua visão, solapa a democracia:

Trabalhadores bahianos: os sectários do comunismo, tentam por todos os meios, fomentar a desordem dentro do país. Eles invadem os sindicatos e todas as organizações trabalhistas, com o fim único de pregar a desarmonia entre as classes. As seduções do comunismo como doutrina prática, para curar males políticos, desaparecerão no dia em que a massa trabalhista opor-lhe resistência por convicções próprias, condições definidas no âmbito social-econômico [...]. Na tarefa gigantesca de combater os extremismos, empenhamos o nosso interesse e responsabilidade direta. Os trabalhadores terão de compreender as consequências da propaganda comunista entre nós e as ameaças que ele representa, como fator permanente de inquietude e desordem a Nação. O Partido Trabalhista Brasileiro defende os princípios fundamentais, de uma Democracia Social-Econômica, única que trará a família trabalhista os meios necessários para um padrão de vida estável (*Correio Trabalhista*, 26/02/1946, p. 3).

O texto termina com uma exclamação de morte ao comunismo escravizador. Esse clima político de animosidade entre as duas agremiações, revela um quadro catalisador sócio-político no estado, pois tanto o PTB quanto o PCB surgem nesse novo cenário com acenos mais incisivos a classe trabalhadora, com programas e ações que tentavam contemplar os seus anseios que surgiam com a retomada da democracia.

Com efeito, o PTB baiano e o jornal *Correio Trabalhista* estavam atentos às movimentações dos sindicatos em seus diversos segmentos, seja na capital ou no interior. Páginas eram destinadas ao tratamento sobre os direitos dos trabalhadores e as mobilizações grevistas das diversas categorias. Uma delas, a dos bancários, teve uma organização a nível nacional e a Bahia foi um dos destaques no movimento paredista de 29 de janeiro de 1946. Naquele momento, a greve dos bancários representou um marco significativo na retomada do movimento sindical no pós-guerra, e serviu para consolidar, na prática, a reconquista do direito de greve, contrariando os resquícios autoritários da carta de 1937 (SOUZA, 2015, p. 116). O ano de 1946 foi o estopim para a eclosão da greve, visto que desde o ano anterior os bancários já articulavam negociações que pudessem ser atendidas suas reivindicações, que envolviam dez modificações no contrato de trabalho, dentre elas: uma carreira de progressão funcional e gratificações de comissionamento (SILVA, 2017, p. 3). Essas demandas não

foram atendidas e em janeiro declararam a greve. Em fevereiro foi feito acordo para encerrar a paralisação, com a expectativa de o patronato atender as reivindicações, o que não ocorreu inteiramente. O PTB se mostrava ao lado dos grevistas:

Aderindo ao justo movimento bancário, reuniu-se ontem à noite o III Congresso Sindical para tomar lugar as medidas de ajuda moral e financeira. Por isso foi deliberado um apelo aos Exmos. Srs. Presidente da República, Ministro do Trabalho e ao Parlamento Nacional para as suas imediatas intervenções na solução do caso dos bancários atualmente em greve. Entrementes se nomeou uma comissão incumbida de angariar donativos para o fundo de greve (*Correio Trabalhista*, 12/02/1946, p. 2).

Tendo ocorrido este conclave no dia 11 de fevereiro, o dia seguinte foi de acordo e término da greve. Entretanto, o acordo não foi cumprido por alguns bancos que não pagaram os dias paralisados, e em alguns casos ocorreram punições e até demissões aos grevistas (LINS, 2022, p. 55). A greve dos bancários foi um momento profícuo para que, as principais lideranças partidárias, PCB e PTB, se posicionassem em defesa do movimento, conseguindo superar seus entraves estratégicos internos e sua aproximação institucional ao governo Dutra, respectivamente.⁴ De certo, os trabalhistas do Partido Trabalhista Brasileiro baiano buscaram as vias institucionais de solução para a questão grevista, não se valendo de ações de confronto para obter o êxito desejado pela classe dos bancários:

[...] Movimento grevista simpático, foi em último recurso, a única fórmula encontrada pela classe bancária, para quebrar as grilhetas que se lhe ataram aos braços, pela ambição desmedida dos patrões cegos e surdos. Nós do Partido Trabalhista nos sentimos também vitoriosos não só pelo fato de termos encarado com simpatia o movimento grevista como também de colocarmos a voz da nossa imprensa a serviço das razões que dirigiam o próprio movimento. E vale apenas acrescentar que o Diretório do Partido dirigiu à bancada do Partido um telegrama no sentido que fosse o movimento bancário solucionado. Assim procedemos em perfeita coerência como os nossos postulados partidários [...] (*Correio Trabalhista*, 19/02/1946, p. 2).

Dessa forma, denota-se que o PTB baiano estava atento às demandas grevistas dos bancários, mas também coadunava com as premissas defendidas pela classe, tendo como fundamento do partido a defesa dos direitos trabalhistas. Tal defesa se espelha no trabalhismo, ideologia política produto do Estado Novo e que se consagrou no pós-1945, caracterizando-se por um projeto que se vinculou ao nacionalismo e à promessa de justiça social centrada nos direitos do trabalho (GOMES, 2016, p. 305).

⁴ Se até então as greves eram vistas pelos comunistas como “provocação, agora passarão a ser vistas como direito dos trabalhadores” (WEFFORT, 1973, p. 92). A chegada de 1946 vai fazer o partido procurar dar conta do ascenso do movimento operário que vai “provocar uma mudança na lógica de ação dos comunistas. Estes “continuarão a tentar evitar as greves; mas não conseguindo, passarão a apoiá-las e mesmo dirigi-las” (SANTANA, 2001, p. 46). Já os petebistas, que juntamente com Vargas apoiaram a candidatura Dutra, apropriaram dos mecanismos do trabalhismo herdado pelo seu criador, fazendo uso ostensivo dos organismos por ele criados, como os órgãos subordinados ao Ministério do Trabalho (SANTANA, 2007 *apud* RODRIGUES, 1968, p. 22-23).

Os primeiros meses de 1946 foram de intensas disputas na arena sindical e patronal. As mobilizações por garantias de melhores salários não se restringiam a capital Salvador e a região metropolitana. No interior baiano, as pautas reivindicatórias ganhavam espaço entre os trabalhadores, como no caso dos ferroviários de Ilhéus, litoral sul do estado, que desde maio de 1945, pleiteavam acordo com a empresa Estrada de Ferro Ilhéus-Conquista, levando a uma curta paralisação das atividades em maio daquele ano. Em fevereiro, após meses de conversas sem uma posição a favor dos ferroviários, os ferroviários decidem em Assembleia tomar atitude contra a empresa, conforme telegrama enviado ao *Correio*:

Sindicato Ferroviários Ilhéus reunidos assembleia geral resolveu instaurar dissídio coletivo contra Estrada de Ferro Ilhéus Conquista se nega peremptoriamente atender justificado pedido aumento de salário. Esperamos contar com vibrante órgão Partido Trabalhista defesa nossos sagrados interesses (*Correio Trabalhista*, 26/02/1946, p. 2).

João Batista de Souza, presidente do sindicato, disse em mensagem ao jornal que a empresa tratava os trabalhadores com menosprezo, atribuído a falta de higiene e segurança no trabalho, demonstrando total desrespeito à legislação do Trabalho e negando o pagamento de bonificação solicitada e o aumento geral dos salários (*Correio Trabalhista*, 19/03/1946, p. 2). Após a apresentação do dissídio à Justiça, houve um protelamento por parte da empresa, o que inviabilizou a resolução das reivindicações da classe. Em Assembleia Geral realizada no dia 6 de março, foi decidido pela paralisação das atividades a partir do dia seguinte e, como uma das decisões, relatar todos os fatos ao Presidente da República que constituem suas reivindicações, acreditando que o mesmo irá intervir para fazer justiça (*Correio Trabalhista*, 19/03/1946, p. 2). O que ocorreu alguns dias depois do início da greve foi a promulgação de Eurico Dutra do decreto-lei nº 9.070 que regulamentava o direito de greve e assim o restringia fortemente, especialmente nas chamadas “atividades essenciais”, como os bancos e indústrias, por exemplo. Assim, o presidente dos ferroviários de Ilhéus, compreendendo e aceitando essa regulamentação, decidiu em assembleia pela extinção da greve pacífica, enviando esse comunicado para o PTB baiano.

Essa medida adotada pelo Presidente trouxe desconforto e indignação em setores sindicais e principalmente dentro do PCB, que classificou o decreto como fascista e que contribuía para aumentar a intranquilidade e a desconfiança do povo ao governo, atendendo apenas aos interesses dos empresários “tubarões do capital colonizador” (*O Momento*, 26/03/1946, p. 2). No entanto, seguindo uma orientação de alinhamento ao governo Dutra, o PTB e suas seções estaduais apoiaram essa nova legislação que praticamente centralizava o poder de decisão sobre as greves dentro da esfera do Executivo. O Partido Trabalhista na Bahia veiculou sua posição, explicando que essa medida seria para o bem do trabalhador, evitando que posturas intempestivas dos comunistas colocassem em xeque

os direitos dos trabalhadores e encontrando na figura presidencial um perfil de equilíbrio e sobriedade diante dos anseios das massas. Em dado momento, no texto escrito pela direção do partido no estado, chama a atenção para que o país caminhe na direção de uma relação harmoniosa entre capital e trabalho, pois o modelo de greves que existia, afugentaria o primeiro:

Precisamos estabelecer um verdadeiro equilíbrio entre o capital e o trabalho, evitando que o primeiro desmorone com prejuízo ao segundo. Em nenhum país do mundo, mesmo na Rússia, se exclui o capital, como fator de progresso e de utilidade. O que se quer e deseja é que esse capital se movimente e não seja objeto de resultados gananciosos e condenáveis de seus possuidores. Se condenarmos e dispersarmos o capital, teremos, em consequência, a paralisação da lavoura, das indústrias, do comércio e todas as atividades, e assim, a nossa própria morte. Devemos contribuir, como trabalhadores, para o desenvolvimento e progresso do país, vivendo em perfeito espírito de harmonia – empregados e empregadores (*Correio Trabalhista*, 19/03/1946, p. 3).

Aqui, o pensamento e movimento no meio sindical reivindicam duas tendências que dialogam entre si e que está presente, com maior ou menor intensidade, na dinâmica interna do PTB: o “peleguismo” e o trabalhismo. O primeiro tem sua gênese ainda no Estado Novo em que se percebia o elo (pelego) que transitava entre os órgãos governamentais e sindicais e favorecia os interesses do Estado em detrimento dos direitos reclamados pelos trabalhadores, assim, colocavam-se os interesses nacionais de desenvolvimento acima da classe. Além disso, em relação a disputas políticas e ideológicas, apresentavam ações marcadamente anticomunistas. O segundo reivindica a política social de Vargas e se locupletam dos órgãos subordinados ao Ministério do Trabalho (RODRIGUES, 1968, p. 62). O que percebemos, nessa espécie de editorial do jornal acima citado, é que o discurso está alinhado a uma política de defesa de modernização da relação trabalhador e empresa, em que o direito de greve deve ocorrer em uma situação extrema, e que os trabalhadores em seus sindicatos devem considerar o imperativo do desenvolvimento nacional, ou seja, nessa passagem, a perspectiva “peleguista” ainda persistia. Ademais, o PTB baiano acrescenta em seu texto:

TRABALHADOR BRASILEIRO: a ti o apelo do nosso partido. A ti, homem católico, coração de bondade, o apelo do Brasil. De ti, de teu trabalho, de tua cooperação, há de resultar a grandeza de sua própria Pátria. Ajuda o Brasil a vencer, ajudando a obra iniciada pelo teu grande amigo Getúlio Vargas, e hoje seguida e melhorada por esse espírito de clarividência, justiça e amor, que é a encarnação da honra e patriotismo – General Eurico Gaspar Dutra. Abandona e **condena as tentações de doutrinas exóticas**. Nem para a direita nem para a esquerda [...]. Foge às insinuações e as tentações dos inimigos do Brasil. Tens um dever a cumprir perante Deus, e a tua fé nos destinos de nossa Pátria (grifos meus) (*Correio Trabalhista*, 19/03/1946, p. 3).

O PTB baiano seguia a linha de confronto com os comunistas. Quando se fala em “doutrinas exóticas”, pretende-se estabelecer um distanciamento entre os trabalhadores com o PCB e sua linha ideológica, que, para os petebistas, trazia prejuízos às conquistas trabalhistas ao longo dos últimos

anos. Pouco tempo depois, a situação levaria a outros contornos políticos entre as duas agremiações. A partir do decreto que regulamentava o direito de greve, o governo Dutra interveio nas organizações intersindicais, como o MUT e CTB, fechando-os e em diversos sindicatos para expulsar aqueles considerados extremistas, tanto comunistas quanto trabalhistas progressistas, que não estavam alinhados a política do governo. Dessa forma, para superar esse impasse, a militância comunista agiu em conjunto com os setores trabalhistas para dar fim à intervenção nos sindicatos (SANTANA, 2007, p. 255-256), especialmente depois de ser posto na ilegalidade em 1947. Outra questão importante que se insere na citação e que dá o tom do perfil do partido é o apelo ao líder Getúlio Vargas, consubstanciado no discurso do getulismo.

É flagrante que o getulismo é elemento fundamental nos discursos e práticas do PTB, partido que herdou esse fenômeno. Ele reivindica com frequência os feitos de Vargas, criando um cenário favorável ao personagem que se torna, mesmo depois de sua queda, uma figura central na política brasileira - para o bem e para o mal. O getulista de primeira hora, engenheiro e colunista do jornal *Correio Trabalhista*, Inácio Dias de Souza, utiliza seu espaço não só para atacar os comunistas, mas também para enfatizar os feitos de Getúlio Vargas e construir na consciência do público leitor que o legado getulista deveria ser levado adiante como a única maneira de desenvolvimento do país:

[...] O Brasil desde 1930, transformou sua mentalidade política, passando do regime liberal defendido pelos capitalistas estacionários e reacionários, para o regime social-econômico [...] Assumindo o governo, tomou o Sr. Getúlio Vargas todas as providências em benefício dessa massa anônima e desprotegida, os quais ignoravam o verdadeiro sentido da pátria, sem ter na consciência um verdadeiro sentimento de nacionalidade, pois faltavam-lhes a educação e instrução nos regimes liberais falidos, permanecendo inertes, quase que sem corresponder a evolução social e homogeneidade da massa, porque isso convinha às explorações políticas nas pugnas eleitorais. O governo Vargas considerou o trabalhador como um elemento básico na formação social-econômica do Brasil. Além da legislação social, deu também, o presidente Vargas uma educação política, capacitando os trabalhadores do Brasil para as lutas parlamentares e postos governamentais [...] (*Correio Trabalhista*, 14/03/1946, p. 3).

Sob essas e outras características a imagem política de Vargas vai se consolidar ainda mais no momento da redemocratização e durante o período democrático. Ele se torna talvez o primeiro líder político popular da História do Brasil, justamente pelo fato de conseguir, através da legislação trabalhista, se aproximar de amplas massas de trabalhadores brasileiros. O getulismo é, portanto, a associação dos feitos de Vargas durante o Estado Novo ao culto à sua figura como um moderno estadista e “pai dos pobres”. Assim como o trabalhismo, o getulismo teria como difusor oficial o Partido Trabalhista Brasileiro, partido no qual Getúlio se tornou presidente de honra e que foi criado por ele. Ainda no artigo de Inácio Dias, essa questão do que representa o PTB para o povo brasileiro está traçada:

[...] O teu partido, é o Partido Trabalhista Brasileiro, e cujo o chefe é a figura de Getúlio Vargas, o maior condutor dos trabalhadores do Brasil. O PTB luta e lutará pelas tuas conquistas sociais e econômicas, até atingir o mais alto nível de vida, sem precisar de fomentar revoluções e ambientes de inquietações da família brasileira, prestigiando as autoridades constituídas na salvaguarda das liberdades públicas. Trabalhadores: tem fé nos destinos do Brasil e no programa do Partido Trabalhista Brasileiro, pois é o único que tem vida própria e que pode falar em nome dos que trabalham em benefício da pátria [...] (*Correio Trabalhista*, 14/03/1946, p. 3).

Ademais, a compreensão do PTB da Bahia está em sintonia com o que pensa a agremiação nacional. Era preciso cerrar fileiras em prol da defesa das ideologias que norteavam o partido e isso teria que fazer sentido em um espaço onde os trabalhadores buscavam cada vez mais lutar pelos seus direitos. Portanto, levar esses atributos do PTB para uma escala regional, em que pese suas peculiaridades, seria uma tarefa complexa e que seria testada na eleição para governador do estado em janeiro de 1947. Durante o ano de 1946, as ideias eram expostas através de seu programa e difundidas pelo jornal *Correio Trabalhista*, com a intenção de disputar espaço com outros partidos. Assim, o 1º de maio daquele ano foi uma forma de estabelecer ainda mais o contato com o povo trabalhador, reivindicando o trabalhismo e o getulismo em um extenso editorial. O texto perpassa pelas origens do trabalho e como foi sendo desenvolvido e evoluído ao longo do tempo. Fala da importância dos operários na edificação do mundo, imprescindível o seu labor diante dos desafios impostos nas realidades de seu tempo. Reflete sobre as leis que garantem dignidade à classe trabalhadora, fruto de intensas organizações em sindicatos e de luta por melhores condições, no mundo e no Brasil. Tudo isso para chegar à primazia que é o enaltecimento de Vargas como grande estadista que implementou leis de proteção ao trabalhador:

As leis decretadas pelo ex-Presidente Vargas, e agora, como é de esperar-se, esmerilhadas pelo governo promissor do sr. General Eurico Gaspar Dutra, tem para vós, trabalhadores do Brasil, o alfa e o ômega da vossa existência. Elas são completas, ainda que carentes de alguns reparos a que sujeitos a obras humanas. Também questão de adaptação. Das vossas consciências na questão de direitos e de deveres, que são recíprocos, depende a grandeza e o futuro do Brasil (*Correio Trabalhista*, 01/05/1946, p. 1).

É evidente que, quanto mais se dá ênfase em estabelecer uma relação entre Getúlio Vargas e as leis trabalhistas, mais o PTB da Bahia se lançava para atingir os corações e mentes dos trabalhadores baianos, isto é, fora dos propósitos getulistas e trabalhistas, não há salvaguarda de seus direitos, pois a sorte do trabalhador brasileiro, em qualquer setor de suas atividades, sob a bandeira do Partido Trabalhista, está plenamente assegurada (*Correio Trabalhista*, 01/05/1946, p. 1).



Imagem 2: Ilustração de capa em homenagem ao Dia do Trabalhador

O trabalhismo também, conforme registrado naquele editorial era um imperativo internacional, levando a contribuindo para países como Inglaterra e nossa vizinha Argentina levarem adiante as políticas norteadas pelo trabalhismo, sempre se esquivando de “posições ideológicas” à direita e à esquerda (no caso, o socialismo que estava em ascensão mundial através da URSS) e sendo orientada pelo que chama de doutrinas sãs, que reúne amadurecimento e conhecimento da causa social brasileira (*Correio Trabalhista*, 01/05/1946, p. 1).

Considerações Finais

A conjuntura política e partidária que se consolidava, sinalizava a tentativa do Partido Trabalhista Brasileiro baiano de construir um protagonismo nesse primeiro ano de atuação, trazendo consigo discursos e práticas orientadas pela lógica do getulismo e do trabalhismo e tendo no *Correio Trabalhista* seu principal porta-voz. Dessa forma, como bem sinalizou Jorge Ferreira (2013, p. 206):

Entre partidos e organizações de esquerda [acrescentaria centro-esquerda, como é o caso do PTB] tornou-se tradição publicar jornais que se tornassem porta-voz de suas orientações políticas por meio de um veículo de comunicação, o partido expressava a linha política adotada, veiculava mensagens enaltecidas de si mesmo, desqualificava os inimigos, mobilizava a militância, esforçava-se para arregimentar novos filiados e adeptos, entre outras atividades.

O trecho acima descreve como agiam os partidos de esquerda ou centro-esquerda por meio de seus meios de comunicação próprios, especialmente jornais. O PTB baiano, através do *Correio*, propugnava a herança da legislação social criada ainda no Estado Novo e a sua manutenção pelas mãos do presidente Dutra. Isso garantiria o bem-estar da classe trabalhadora que cada vez mais se organizava em sindicatos e fortalecia suas lutas com greves e paralisações. Contudo, os sindicatos deveriam se desviar de ações intempestivas de partidos, como é o caso do PCB, que reivindicava suas lutas baseado em ideologias nefastas, não agregando aos interesses dos trabalhadores. Portanto, o PTB baiano, correspondendo a uma orientação nacional, tinha como objetivo obstaculizar os

comunistas no seio do movimento sindical e impor um projeto hegemônico em que pudesse influenciar na opinião pública que está estreitamente ligada à hegemonia política (GRAMSCI, 2000, p. 16).

No que tange ao caráter e a hegemonia interna do Partido Trabalhista Brasileiro na Bahia, corroborando com a tese defendida pela cientista política Lucília Delgado (1989), esse primeiro momento de formação e consolidação do partido, teria um caráter chamado de “getulistas pragmáticos”, tendo como proposta cultivar o carisma de Getúlio Vargas como instrumento de mobilização política e social; como prepostos os sindicalistas, profissionais liberais, dentre outros (BATISTELLA, 2014, p. 48). Dentro deste grupo, uma corrente ou ala sindicalista se sobressaiu no PTB baiano neste primeiro ano, no qual estiveram em sua fundação como também orientaram os sindicatos nas principais greves que ocorreram no estado naquele período.

Referências Bibliográficas:

Lista de Fontes

Jornal Correio Trabalhista. Salvador/BA. Ano: 1946.

Jornal O Momento. Salvador/BA. Ano: 1946 e 1948.

Bibliografia

BATISTELLA, Alessandro. **O Partido Trabalhista Brasileiro no Paraná (1945-1964)**. Tese de doutoramento, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **PTB: do getulismo ao reformismo (1945-1964)**. São Paulo: Marco Zero, 1989.

FERREIRA, Jorge. O conceito e seus lugares: trabalhismo, nacional-estatismo e populismo. In: BASTOS, Pedro Zahluth; FONSECA, Pedro César Dutra (Org.). **A Era Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade**. São Paulo: UNESP, 2012.

FERREIRA, Jorge. “Novos Rumos”: jornal do Partido Comunista Brasileiro. Locus: **Revista de História**, Juiz de Fora, v.19, nº 02, p. 205-224, 2013.

FERREIRA, Muniz. A história política da esquerda baiana: uma história em construção. **Revista Politeia**, Vitória da Conquista, v. 4, n. 1, p. 159-181, 2004.

GOMES, Ângela de Castro. Brizola e o trabalhismo. In: FERREIRA, Jorge e FREIRE, Américo (org.). **A razão indignada: Leonel Brizola em dois tempos (1961-1964 – 1979-2004)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016, p. 299-309.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**: Maquiavel. Notas sobre o estado e a política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LINS, Marcelo da Silva. **Os comunistas e os trabalhadores: entre mudanças da linha política e a atuação sindical na Bahia (1945-1952)**. Tese de doutoramento, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2022.

- RODRIGUES, José Albertino. **Sindicato e desenvolvimento no Brasil**. Rio de Janeiro: Difel, 1968.
- SANTANA, Marco Aurélio. Bravos companheiros: a aliança comunista-trabalhista no sindicalismo brasileiro (1945-1964). In: FERREIRA, Jorge e AARÃO REIS, Daniel (org.). **Nacionalismo e reformismo radical – 1945-1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 237-278.
- SILVA, Alessandra Belo Assis. A greve nacional dos bancários em 1946: negociação e luta por direitos na Justiça do Trabalho. **XV Encontro Nacional ABET**, Rio de Janeiro, setembro de 2017.
- SOUZA, Edinaldo Antonio Oliveira. **Trabalho, política e cidadania: trabalhadores, sindicatos e luta por direitos (Bahia, 1945-1950)**. Tese de doutoramento, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.
- TAVARES, Luis Henrique Dias. **História da Bahia**. São Paulo: Editora Unesp, 2001.
- WEFFORT, Francisco. Origens do sindicalismo populista no Brasil (a conjuntura do após guerra). **Estudos CEBRAP**, n. 4, p. 66-105, abr.-jun. 1973.